

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V.4, N.2, JUL./DEZ. 2005



Fas. 46907 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.4 n.2
Jul. 2005

O QUE É A AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão e elevar o nível técnico dos arquivistas brasileiros, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, cultural, entidade de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Cooperar com o Governo e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos a empresas públicas.

SERVIÇOS QUE A AAB OFERECE

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

QUADRO ASSOCIATIVO

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, além das pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação.

As empresas públicas e privadas podem se filiar à AAB na qualidade de pessoa jurídica, como sócios contribuintes.



Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB

aab@aab.org.br

Avenida Presidente Vargas, 1733 sala 903 – CEP: 20210-030 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239/ 3852-2541

arquivo & administração

v. 4, n. 2

jul./dez. 2005

SUMÁRIO

EDITORIAL 3 Paulino Lemes de Sousa Cardoso

ARTIGOS 5 Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica
Armando B. Malheiro da Silva

33 A Arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original
João Vieira

46 Os arquivos nos projetos do Mercosul: estado da questão e perspectivas
José Maria Jardim

54 Arquivo de direito, coleção de fato: o caso IHGB
Wilson Santiago da Silva

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 4	n. 2	p. 1-80	jul./dez. 2005
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

Copyright © 2005 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação e revisão: Paulino Lemes de Souza Cardoso

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972)

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.

Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

R. 4690F

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Vice-presidente: Eliana Balbina Flora Sales
1º Tesoureiro: Renata Silva Borges
2º Tesoureiro: Carolina da Conceição Braga Machado
1º Secretário: Laura Regina Xavier
2º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso
José Maria Jardim
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Maria Odila Fonseca
Paulo Elian
Sérgio Conde de Albite Silva

EDITORIAL

A revista *Arquivo & Administração*, publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, cumpre, com esta edição, a meta estabelecida pela atual direção que é a de publicar dois números da revista por ano, um a cada semestre.

Neste número, contamos mais uma vez com a colaboração de eminentes figuras da Arquivologia, no Brasil e Portugal. Começamos com Armando B. Malheiro da Silva, que dispensa apresentação. Português de nascimento e brasileiro por merecimento, brinda-nos com mais um texto de sua já vastíssima obra voltada para a Ciência da Informação. "Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica", terceiro de uma série iniciada com *Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação* cumpre o seu propósito que é o de "elaborar uma trilogia" de tópicos "fundamentais no âmbito de uma epistemologia simultaneamente crítica e consolidadora da Ciência da Informação".

Português também é o professor João Vieira, Arquivista-Chefe da Divisão de Arquivos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em Portugal. É dele o texto que aqui foi apresentado em outubro passado, no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, em Campos do Jordão, SP: "A arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original". Com a mesma verve que o professor Malheiro nos convida a buscar na Diplomática apoio e contribuição, o Prof. João Vieira traz à discussão a busca de um repensar a Arquivística nas suas origens. Procura, assim, em suas palavras, "apresentar uma visão crítica sobre a forma como o conceito de ordem original e outros com ele relacionados têm sido formulados e postos em prática pela comunidade arquivística em geral".

Como não poderia ser diferente, temos a honra de contar com a colaboração sempre freqüente do Mestre da Arquivologia brasileira, professor e doutor em Ciência da Informação, José Maria Jardim, nosso assíduo colaborador e conselheiro. "Os arquivos nos projetos do Mercosul: estado da questão e perspectivas" aborda as ações que devem promover a integração cultural e informacional no âmbito do Mercosul.

Finalmente, "Arquivo de direito, coleção de fato: o caso IHGB", de Wilson Santiago da Silva, traz ao nosso conhecimento as transformações operadas, ao longo do tempo, nos métodos e propósitos das coleções documentais organizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Boa leitura.

Paulino Lemes de S. Cardoso

7º - Outra implicação importante da definição aceite é a valorização do contexto de acção e de produção informacional e de consumação comunicacional, deixando, por isso, de fazer sentido distinções sensoriais como a que Blanca Rodríguez reproduz entre, por exemplo, livro ou artigo de um periódico e *documento de arquivo*, porque as diferentes manifestações do fenómeno informação por muito vincadas/específicas que sejam não chegam para negar a homogeneidade ontológica do mesmo. Dito por outras palavras: se a C. I. eleger o seu objecto material como aquele fenómeno poliédrico produzido mentalmente e partilhado socialmente, a C. I. compromete-se, do ponto de vista epistemológico, a compreender e a relacionar entre si as diferentes manifestações (do texto verbal literário ou administrativo até à pintura) desse fenómeno a fim de as tornar acessíveis (em memória), recuperáveis e utilizáveis sejam quais forem os contextos e os objectivos de uso. Presente-se aqui uma finalidade ideológica para a C. I. que deve vir a ser cuidadosamente discutida pelos seus praticantes: indagar cientificamente as condições humanas e sociais de produção, de memorização, de recuperação, de fruição/uso e de reprodução da massa universal de mentefactos (textos, equações e números, partituras musicais, quadros, figuras geométricas ou, usando outra terminologia mais comum e genérica, as letras, as artes, a técnica, a ciência...) onde se projecta indelevelmente o *dever* da Humanidade.

8º - De todos os problemas recenseados por Fernando Ilharco, e para lá do ontológico e do epistemológico (que arrastam consigo outros - o da realidade, o da verdade, o do ser, o dos níveis de abstracção, o dos dados, o do conhecimento, o da acção, o da comunicação e o da linguagem), consideramos, naturalmente ínsitos a um programa alargado de pesquisa em C. I., os problemas da inteligência artificial, da utilidade, da mudança, da tecnologia em geral e da TTC em particular, da informação tecnológica como contexto e o ético. Um programa aberto a uma fecunda interdisciplinaridade que privilegie, naturalmente, o campo das Ciências Sociais. Recusamos a C. I. como interdisciplina (vemos esta ideia como um absurdo pós-moderno), mas entendemos que ela depende vitalmente de uma intensa prática interdisciplinar pelo simples facto de que o seu fenómeno-objecto é também estudado e aproveitado parceladamente por uma multiplicidade de Ciências.

5. Ponto de recomeço...

No estado actual das reflexões e das pesquisas sobre o objecto material da C. I. é, sem dúvida, bastante pretensioso querer concluir. Urge, por isso e ao invés, prolongar e aprofundar mais e mais o debate e a análise com o objectivo construtivo de afirmar e de consolidar o estatuto paradigmático deste campo científico, no quadro, claro está, das Ciências Sociais.

Em vez de um ousado e fictício ponto de chegada, devemos, afinal e tão só, proclamar a promessa e o incentivo de um recomeço em espiral, que signifique, na prática, o relançamento possível da deambulação exploratória aqui exposta com novas metas, mais ricas e mais complexas, rumo a uma compreensão mais completa e universal. A lição de Penélope inspira e inspirará sempre o que entendemos ser a lógica intrínseca do trabalho científico, racional e exigente.

A ARQUITECTURA DOS ARQUIVOS: REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO DE ORDEM ORIGINAL*

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

João Vieira

Arquivista

Licenciado em História e Pós-graduado em Ciências Documentais – Arquivo

Chefe da Divisão de Arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios

e Monumentos Nacionais (Portugal) jvieira@dgemn.pt

RESUMO

As novas condições tecnológicas que assistem a produção, a gestão e a utilização de documentos e arquivos forçaram, na opinião de alguns estudiosos da Diplomática e da Arquivística, a um retorno às origens, a um repensar dos conceitos fundacionais desta última ciência e técnica.

Através deste trabalho procuro apresentar uma visão crítica sobre a forma como o conceito de Ordem Original e outros com ele relacionados têm sido formulados e postos em prática pela comunidade arquivística em geral. É ainda objectivo deste texto expor a minha posição pessoal sobre o assunto.

ABSTRACT

The new technological conditions that assist the creation, the management and use of records have forced the archival community to discuss and review some of the fundamental concepts of Archival Science.

With this paper I intend to present a critical analysis of the way the concept of Original Order has been formulated and used within the archival community, as well as my own perspective on this issue.

PALAVRAS-CHAVE - Ordem original; Proveniência; Novas tecnologias.

"Arquivo é um conjunto orgânico de documentos...". Todos sabemos de cor esta verdade incontestada da Arquivística¹ contemporânea. Estamos habituados a que figure com destaque em qualquer definição de arquivo. O atributo da *organicidade*² tem, de facto, desempenhado desde sempre um papel central na identificação genética dos arquivos.

Elio Lodolini, por exemplo, apresenta uma sugestiva imagem para explicar o carácter orgânico do arquivo:

* Comunicação apresentada ao VI Congresso de Arquivologia do Mercosul: Arquivos - o saber e o fazer, Campos do Jordão (SP), Brasil, de 17 a 20 de Outubro de 2005 sob o título: "Princípios arquivísticos: sua (re)definição e seu papel no contexto das novas tecnologias"

"L'archivio può essere paragonato ad un monumento, a formare il quale non bastano le pietre o i mattoni e magari i preziosi marmi e bassorilievi di cui il monumento è composto: essenziale è anche, e soprattutto, la disposizione delle pietre in un certo ordine, cioè l'idea del progettista che ha ideato e realizzato quel monumento.

Lo stesso discorso vale per un archivio, che è ben diverso dalla somma dei documenti che lo compongono, ma è (...) il complesso organico di quei documenti più il complesso organico di tutte le relazioni reciproche che esistono fra i documenti medesimi, ciascuno dei quali perciò può assumere uno ed un solo posto nel complesso."³

Esta analogia ao mesmo tempo simples e poderosa entre arquitectura e arquivos sempre teve para mim a vantagem de sublinhar como nenhuma outra o carácter sistémico e artificial do objecto arquivístico. O arquivo simultaneamente como:

- o conjunto dos documentos produzidos "naturalmente"⁴ no decurso das actividades de uma qualquer entidade e
- conjunto das relações recíprocas estabelecidas entre esses documentos:
 - umas automaticamente, necessariamente, traduzindo a sucessão "natural" e ordenada de actos e formalidades procedimentais que esses registos documentam e ou suportam,
 - outras, ao invés, intencionalmente, ao serviço de uma ideia criadora, de um projecto construtivo concreto, como elementos aglutinadores de um edificio documental / informativo com o contexto, a estrutura e o conteúdo considerados, num dado momento, os mais adequados para servir, com eficácia, determinados desempenhos funcionais.

Todavia, é o próprio Lodolini que, à primeira vista, noutras passagens da mesma obra, trata de refrear esta minha abusiva interpretação da sua analogia quando refere que a ordem por que os documentos se dispõem num arquivo respeita necessária e directamente a ordem da produção dos mesmos no decurso de

¹ N.B. em Portugal não é comum o uso do termo Arquivologia; o termo Arquivística é, em geral, utilizado indistintamente no sentido da ciência e da técnica que têm por objecto os arquivos.

² O termo Ordem Original é aqui considerado na sua acepção mais ampla, de modo a abranger não só a ordenação dos documentos individuais e compostos como também a estrutura de organização do próprio arquivo, incluindo a das unidades arquivísticas que o integram aos mais diversos níveis.

³ Lodolini, Elio, *Arquivística: principi e problemi*. Milano: Franco Angeli, 1987, p.150. Tradução do autor: "O arquivo pode ser comparado a um monumento, para cuja edificação não bastam as pedras, os tijolos ou talvez até os preciosos mármore e baixos-relevos que o compõem: é igualmente essencial, e acima de tudo, a disposição das pedras numa certa ordem, ou seja, a ideia do projectista que concebeu e realizou esse monumento." O mesmo discurso vale para um arquivo, que é bem diferente da soma dos documentos que o compõem, antes sendo (...) não só o complexo orgânico desses documentos mas também o complexo orgânico de todas as relações recíprocas que existem entre os próprios documentos, cada um dos quais podendo assumir, pois, um e apenas um lugar nesse complexo (...)."

⁴ A discussão sobre o carácter natural ou artificial da produção documental é aqui propositadamente afastada.

uma actividade. A ordem dos arquivos será, portanto, segundo aquele teórico, uma ordem natural, espontânea, involuntária. Ao contrário da ordem em arquitectura, que é, inevitavelmente, uma ordem artificial, construída de acordo com um projecto, uma ideia. Escusando-me, por agora, de explorar o aparente paradoxo de Lodolini, importa verificar que, na verdade, todas as concepções de arquivo espelhadas pela produção teórica da Arquivística e, em consonância, importantes opções de intervenção técnica no território arquivístico por todo o mundo se fundam na ideia de que o vínculo arquivístico corresponde exactamente ao vínculo estabelecido entre os documentos no momento da sua produção, no decurso ou desenvolvimento de uma determinada actividade ou função.

Poderia apresentar múltiplos exemplos do que acabo de dizer. Limite-me, contudo, por razões de economia de discurso, a citar apenas três conceituados autores de épocas e origens geográficas distintas:

Hilary Jenkinson (1949) – "(...) archives are not documents collected artificially, like the objects in a museum (...) but accumulating naturally in offices for the practical purposes of administration."⁵

Robert-Henri Bautier (1961) – "[o arquivo] découle, en quelque sorte automatiquement, des activités quotidiennes d'une administration publique (...) d'une famille ou d'un particulier. Les documents se déposent dans les archives exactement comme se forment les sédiments des couches géologiques, progressivement, constamment."⁶

Luciana Duranti (2003) – "Archival bond (...) the necessary link that each record has with the records belonging to the same aggregation, arising at the moment of creation and determined by the function that the record is meant to fulfil. This incremental network of relationships gives meaning to a record, identifies it, and authenticates it by placing it in perpetuity in a unique location among the records of the archival fond."⁷

Quais as razões para tão ampla e persistente unanimidade no conjunto da comunidade arquivística? Em primeiro lugar, a justificada necessidade de definir com clareza o objecto da Arquivística enquanto ciência e técnica, por oposição aos objectos da Biblioteconomia e da Museologia, enfatizou desde sempre o carácter natural da orgânica do arquivo em contraposição com a noção de colecção bibliográfica ou museológica, conjunto de documentos reunidos de acordo com um critério artificial, subjectivo, da responsabilidade do coleccionador. Depois, a tese segundo a qual a salvaguarda da relação entre um documento e o respectivo

⁵ *Op. cit.*, p. 172. Tradução do autor: "(...) arquivos não são documentos coligidos artificialmente, como os objectos num museu (...), mas sim documentos acumulados naturalmente em escritórios por razões práticas de administração."

⁶ *Op. cit.*, p. 172. Tradução do autor: "[o arquivo] deriva, de alguma forma automaticamente, das actividades quotidianas de uma administração pública (...), de uma família ou de um particular (...). Os documentos depõem-se nos arquivos exactamente como se formam os sedimentos das camadas geológicas, progressivamente, constantemente."

⁷ Duranti, Luciana, "More than information, other than knowledge: the nature of archives in the digital era" In *Cadernos BAD*, 2/2003, p. 8. Tradução do autor: "O vínculo arquivístico [é o] (...) necessário elo que liga um documento a outros pertencentes à mesma agregação, surgindo no momento da produção e sendo determinado pela função que o documento deve cumprir. Esta rede incremental de relações atribui significado ao documento e confere-lhe autenticidade, ao colocá-lo para sempre num único lugar entre os documentos de um fundo de arquivos."

contexto administrativo de produção é condição essencial para garantir, no tempo, a qualidade diplomática desse mesmo documento - ou seja, a sua integridade e autenticidade -, veio reforçar a importância e o estatuto de aparente inevitabilidade da ordem natural nos arquivos. Por fim, a distância física e temporal que normalmente separa a fase definitiva de um arquivo do momento da sua produção acaba por condicionar a forma como esse mesmo arquivo é percebido enquanto objecto de conhecimento e de acção por parte da maioria dos profissionais. Estes, nem sempre munidos dos conhecimentos e das técnicas que os habilitem a reconhecer, compreender e respeitar estruturas documentais muitas vezes desmaterializadas, erigidas de acordo com "inusitados" sistemas, métodos, processos e tecnologias de construção com o propósito de responder a "insondáveis" lógicas e necessidades funcionais, tendem, compreensivelmente, a valorizar em exclusivo as componentes mais básicas e intuitivamente perceptíveis desses conjuntos documentais: os documentos eles próprios e a sua relação com os actos e actividades que documentam ou suportam.

Discordo, porém, em absoluto desta concepção naturalista, ou, se se preferir, determinista da ordem dos arquivos.

Em primeiro lugar porque, desde logo, arquivar um documento (ou seja, integrá-lo num sistema de arquivo) não é, em rigor, ao contrário do que a maioria de nós estará habituada a considerar, uma operação mecânica, automática, inevitável, natural⁸. Trata-se de um acto administrativo e, como tal, tanto a sua forma, como a sua substância, como ainda a sua utilidade são susceptíveis de crítica. A decisão de arquivar um documento ou um tipo de documentos deverá resultar de uma avaliação da necessidade de manter no tempo a eficácia desse documento ou tipo de documentos enquanto instrumento de prova e/ou de informação quer relativamente ao acto/facto político, administrativo, técnico, etc. que lhe deu origem ou que suporta (valor primário), quer em relação a qualquer outro aspecto superveniente (valor secundário)⁹.

Depois porque se é certo que um dos objectivos primordiais do arquivista consiste em tornar explícita e persistente a relação entre os documentos e os correspondentes contextos administrativos de produção como uma das estratégias para *conservar*, no tempo, os atributos essenciais desses documentos - designadamente a sua integridade e o seu carácter autêntico - e, dessa forma, promover a sua eficácia como instrumentos de prova e informação, será certamente errado considerar que a *ordenação física* dos mesmos respeitando a sequência da sua produção - ordenação essa alicerçada ou não numa *classificação* de base funcional - seja

⁸ Cabe aqui lembrar a distinção que no contexto da gestão documental anglo-saxónica vulgarmente se faz entre *Document* e *Record*, sendo este último o documento cuja eficácia diplomática a administração verifica ser necessário fazer perdurar no tempo, atribuindo-lhe, por isso, o estatuto de "documento de arquivo", ou seja, integrando-o num arquivo.

⁹ Existe uma estreita relação funcional entre o acto/facto representado e o registo que o representa ou institui. Nessa perspectiva, os registos podem classificar-se, simultânea ou sucessivamente, nas seguintes categorias: *registos dispositivos* (instituição de factos); *registos instrumentais* (comunicação, transmissão de dados e informações); *registos probatórios* (testemunho, memória, prova de factos ou actos). Ver Duranti, Luciana, *Diplomatics: new uses for an old science*. Chicago: Scarecrow Press, SAA e ACA, 1998. A *eficácia* de um registo é, pois, determinada pela forma como a referida relação funcional se produz e conserva no tempo. A existência ou não do referido processo de avaliação, a forma como se processa e a eficácia e eficiência dos seus resultados variam, como é óbvio, em função do contexto civilizacional, sócio cultural, político, administrativo e legal em que decorre.

o único método para o atingir. A história das práticas arquivísticas é fértil em exemplos de como essa relação essencial entre documento e seu contexto administrativo é muitas vezes produzida com recurso, por exemplo, à *descrição* e à *indexação*. Nestes casos, a ordem natural de um arquivo é assegurada de forma intelectual, ou seja, indirectamente, através de instrumentos de descrição e de índices, enquanto que a classificação, reproduzida ou não pela ordenação física, é usada para arquivar e escorar outras ordens, por vezes múltiplas ordens, ordens projectadas e construídas para fazer face a necessidades e contingências específicas de conservação¹⁰, acesso e utilização de documentos e informação que, de outra forma, através da *acumulação* natural dos documentos, por exemplo, não seriam satisfatoriamente acauteladas.

Depois, e em consonância com o que acabo de dizer, porque também não considero correcto o argumento de que a perspectiva Actividade / Função seja sempre aquela que melhor se adequa à estruturação da ordem dos arquivos, supostamente por ser a que melhor acomoda e representa a sucessão ordenada dos actos e formalidades que os documentos registam e ou suportam. Amiudadas vezes se constata que a(s) perspectiva(s) que determinada organização privilegia para garantir uma maior eficácia na recuperação, acesso e utilização dos documentos por si produzidos e recebidos no âmbito de uma determinada acção difere(m) da especificamente funcional¹¹. Encontramos, de facto, muitos casos em que, entre muitas outras hipóteses, é, por exemplo, o *tipo de objecto* da acção:

- edifício
- entidade / pessoa
- bem móvel
- produto
- circunscrição geográfica
- actividade
- (...),

conjugado ou não com determinados *atributos* desses mesmos objectos, (como sejam, por exemplo, no caso de um edifício:

- tipo funcional de arquitectura
 - arquitectura judicial
 - arquitectura religiosa
 - arquitectura residencial
 - (...)

¹⁰ Conservação é aqui entendida com o sentido original de preservação dos atributos diplomáticos dos documentos - integridade, autenticidade, etc. - , garantes da eficácia documental.

¹¹ A este propósito não deixa de ser curioso como certas análises históricas menos informadas ou mais desatentas sobre teoria e prática arquivísticas tendam a associar a utilização do critério funcional na organização dos arquivos a uma suposta fase científica e moderna dessa técnica.

- tipo estilístico
 - arquitectura gótica
 - arquitectura barroca
 - (...)
- localização geográfica
- (...)

que é considerado relevante para a constituição de unidades arquivísticas a qualquer nível da estrutura (arquivo / série / processo / ...).

Mas mesmo nos casos em que se considera a perspectiva funcional como o critério privilegiado para a construção da ordem de um determinado arquivo, concertado ou não com os critérios acima enunciados, ou outros, haverá ainda que aferir, dentro dessa mesma perspectiva, qual(is) a(s) faceta(s) funcional(is) que melhor servirá(ão) esse propósito. Com efeito, para além da clássica distinção entre funções-meio e funções-fim, diversos pontos de vista funcionais poderão ser usados para a estruturação da ordem de um arquivo. A título de exemplo:

- Tipo de actividade
 - Criação
 - Edição
 - Exposição
 - Conferência
 - Curso
- Estrutura da actividade
 - Acto
 - Acção
 - Projecto
 - Programa
- Fase do ciclo da gestão
 - Levantamento
 - Estudo
 - Planeamento
 - Execução
 - Controlo
- Objectivo funcional
 - Divulgação
 - Protecção
 - Remodelação
 - Cooperação
 - Valorização

Para além disso, haverá igualmente que ponderar a forma como a distribuição funcional ocorre no interior de uma organização. Com efeito, e ao contrário do que a referida concepção determinista parece sugerir ao fazer a defesa de uma ordem documental necessária e imperturbável, perfeitamente alinhada com o ritmo pendular das actividades das organizações, estas raramente agem como blocos monolíticos. Normalmente, as diversas unidades de uma mesma organização são susceptíveis de intervir numa mesma actividade, de acordo com a sua especificidade funcional. Essa interdependência funcional acaba por se traduzir num grau maior ou menor de interdependência informativa, o que também é altamente significativo na escolha da ordem a dar ao arquivo, dentre o leque de opções em presença. Todavia, o facto de agirem a partir de quadrantes hierárquicos e funcionais distintos dentro da mesma organização faz com que os seus objectivos e os seus pontos de vista sobre essa mesma actividade possam não ser coincidentes. E, se isso assim for, será inevitável que a forma como cada um processa e utiliza a informação de que necessita seja divergente e, por vezes, até incompatível. A este propósito, e a título de exemplo, importa lembrar que, em arquivos em suporte tradicional, a duplicação física de documentos, longe de resultar de uma situação de descontrolo ou má gestão documental, decorre, amiúde, da necessidade de multiplicar as linhas discursivas e de fornecer leituras e significados distintos a esse mesmo documento, no respeito pelas diferentes perspectivas ou necessidades de conservação e acesso previamente diagnosticadas. Ao contrário do que refere Durante no excerto acima apresentado, um mesmo documento pode, de facto, integrar simultaneamente vários contextos arquivísticos. Nos casos em que não existe suficiente compatibilidade de pontos de vista quanto às necessidades e contingências de conservação, acesso e utilização de documentos por parte das diversas unidades funcionais dentro de uma organização não estará somente em causa a decisão quanto à ordem que melhor serve os distintos objectivos e necessidades em presença. Será igualmente forçoso considerar a possibilidade da criação e manutenção de diferentes arquivos especializados e autónomos do ponto de vista tanto da sua estrutura como dos desempenhos funcionais que procuram atingir e dos utilizadores a quem servem preferencial ou exclusivamente.

Não obstante, e conforme se advinha do que fica dito, a questão da ordem a dar ao edifício arquivístico não remete apenas para os problemas de natureza formal ou morfológica. Tal como, aliás, sucede com a criação arquitectónica, também com a obra arquivística a estrutura a projectar e construir, para além de procurar responder eficazmente às necessidades funcionais apuradas, deve ainda utilizar um sistema construtivo e aplicar as mais adequadas soluções técnicas e tecnológicas tendo em vista a estabilidade e a robustez dessa construção. A forma como o “arquitecto” do arquivo utiliza e, sobretudo, conjuga a utilização dos diversos instrumentos ou ferramentas técnicas que tem ao seu dispor para produzir e sustentar a referida ordem – seja a classificação, a ordenação física e a cotação, a indexação e ou a descrição – é, pois, de suprema importância para caracterizar essa mesma ordem. Ao contrário da ordem arquitectónica, que inevitavelmente traduz na dimensão física a ideia criadora do autor, a ordem arquivística não carece de ser materializada, ou seja, reproduzida na ordenação dos documentos. Com efeito, mesmo no paradigma tecnológico do papel e seus antecedentes encontramos inúmeros exemplos de arquivos ou de agregações arquivísticas de nível inferior – séries, processos - cuja estrutura organizativa não coincide, no todo ou em parte, com a ordem física dos documentos que os integram, encontrando-se explicitada tão-só na dimensão lógica, intelectual, através de um qualquer instrumento de descrição ou de indexação.

Em suma, o arquivo é formado pelo conjunto dos documentos que o integram, o conjunto das relações natural e artificialmente estabelecidas entre esses documentos e o conjunto dos instrumentos e dispositivos técnicos que os suportam. Este complexo coeso de diversos elementos interrelacionados caracteriza-se, essencialmente, por servir um objectivo comum: a conservação, o acesso e a utilização eficazes de documentos autênticos. Na medida em que releva determinados significados administrativos nos documentos que o integram, para além do sentido que lhes é conferido pelo lugar que ocupam na sequência da produção, o arquivo é também, em grande medida, um sistema de significação de documentos, ou seja, ele próprio um documento. É muitas vezes só através desse macro-documento, desse discurso definido pela ordem dada aos documentos, pelas relações arquivísticas projectadas e estabelecidas entre eles, que nos é possível surpreender a organização naquilo que ela tem de mais recôndito e, por vezes, inconsciente ou inconsciente, naquilo que constitui os traços essenciais do seu ser e do seu agir: a maneira como se prefigura a si própria, como se posiciona nos vários cenários que percorre, como considera os vários actores com que contracenam e os vários papéis que lhe são distribuídos ou que escolhe. E essa informação funciona, quase sempre, como contraponto do discurso escrito, formal. Por isso é historicamente muito relevante.

É óbvio que, como o arquitecto, também o arquivista¹² se confronta com determinadas condicionantes extrínsecas e intrínsecas ao acto projectual:

- a missão ou o papel definido para os arquivos no âmbito do sistema de informação organizacional:
 - recurso de prova e informação relativamente a uma dada transacção jurídica, facto, objecto ou ideia;
 - recurso de informação de apoio: i) ao processo decisório e à actividade administrativa e técnica da organização produtora, designadamente às funções de diagnóstico, estudo e investigação, concepção, planeamento, execução e controlo da execução; ii) à salvaguarda e valorização da identidade e da cultura organizacionais;
 - recurso de investigação científica e técnica para comunidades externas especializadas e fonte de fruição cultural para o público em geral (nestes casos, a organização considera que os seus arquivos não são só um recurso interno, assumindo que a sua disseminação junto de terceiros joga um papel directamente relevante tendo em vista a consecução do seu mandato institucional).
- os factores de natureza organizacional: missão, competências, actividades; grau de interdependência funcional e informativa; grau de sofisticação das necessidades de informação; relações formais de autoridade e responsabilidade; métodos de trabalho e normas de procedimento; implantação/distribuição geo-espacial das unidades orgânicas; cultura organizacional;

¹² Para efeitos deste texto, considera-se arquivista a pessoa (singular ou colectiva) ou o grupo de pessoas a quem cabe decidir a ordem a dar aos arquivos.

- as características intrínsecas e extrínsecas dos documentos e do conjunto documental: dimensão; qualidade/valor; frequência de utilização; tecnologias de registo; estado de preservação e conservação;
- a qualidade e a quantidade dos recursos aplicados na gestão dos documentos: recursos humanos, financeiros, tecnológicos, infraestruturais;
- as determinações legais de âmbito geral ou específico sobre produção, tramitação, conservação e comunicação de documentos.

Todavia, essas influências e condições estão longe de predeterminar em absoluto o resultado final. A qualidade e força criativas da obra, quer no caso do arquitecto, quer no caso do arquivista, dependerão, em última análise, da forma como, no quadro dessas condicionantes, tiverem sido ponderadas as diversas capacidades e soluções organizativas disponíveis.

Por vezes, é certo, essa ordem revela-se, logo desde a sua criação, frágil, pouco eficaz e inconsistente. Por exemplo, no contexto da administração pública portuguesa contemporânea - e creio não me arriscar em demasia se estender o exemplo ao mundo ibero-americano -, os planos de classificação, quando existem explicitamente, nem sempre são eficazes no controlo e recuperação documental dos arquivos correntes. Por outro lado, é muito rara a utilização da indexação como técnica de representação de conteúdos documentais a partir de tesouros ou de outro tipo de linguagens controladas. Este facto atesta o grau incipiente e pouco sofisticado dos sistemas arquivísticos desenvolvidos naquele universo institucional, o que, por outro lado ainda, demonstra as reduzidas expectativas que o desempenho dos sistemas arquivísticos suscitam nos seus utilizadores naturais, neste aspecto muito pouco exigentes. As estruturas orgânicas dos arquivos daquelas instituições, não estando explicitamente representadas por ferramentas do tipo plano de classificação, surpreendem-se directamente na estante. Todavia, a expressão física da organização (a ordenação) não é, na maior parte dos casos, eficazmente salvaguardada por sistemas objectivos de cotação, nem tão-pouco consta com frequência de instrumentos de registo ou descrição, do tipo inventário ou de outro género de instrumento de descrição menos elaborado (ficheiros, relações, etc.), que a fixem no tempo e a libertem das memórias e das subjectividades individuais.

Por outro lado, a eficácia de um arquivo enquanto sistema de controlo e recuperação de documentos em fase corrente pode decrescer por força das sucessivas mudanças verificadas nas diversas variáveis presentes no momento da sua construção, designadamente no decurso de alterações na orgânica, no perfil funcional ou nas necessidades de informação dos seus utilizadores. Nesses casos é admissível e desejável que a ordem do arquivo seja objecto de consecutivos ajustamentos, ampliações ou mesmo profundas remodelações. Tal como num edifício, por vezes ocorre a necessidade da sua demolição total e da sua reconstrução utilizando os mesmos materiais construtivos, os documentos e, eventualmente, determinadas agregações documentais, mas obedecendo a uma outra ordem. Outras vezes, ainda que cada compartimento se mantenha intacto, as suas inter relações sofrem modificações e, assim sendo, a estrutura e configuração do edifício pode mudar substancialmente. Outras vezes, porém, o que se verifica é a junção ou fusão de dois ou mais edifícios até aí

separados e autónomos, passando cada um deles a constituir um compartimento de um edifício maior e mais complexo; ou então um pavilhão com identidade própria no contexto de um conjunto edificado funcionalmente coerente. Noutras ainda, o que se constata é a necessidade de dividir um edifício constituindo dois ou mais edifícios distintos do primeiro. Casos há, no entanto, em que, ao invés de se optar pela remodelação ou ampliação de um edifício arquivístico preexistente, opta-se pela construção de raiz de um completamente novo, mantendo o edifício antigo semi-activo ou desactivando-o na totalidade. Ou seja, a ordem do arquivo, para além de resultar, como já vimos, de um projecto construtivo mais ou menos consciente, é, ainda, uma ordem flexível, dinâmica, em constante mutação, tal qual a ordem dos edifícios, que permanentemente procura ajustar-se a novas necessidades. Essa dinâmica verifica-se a qualquer nível das unidades arquivísticas.

A visão sistémica dos arquivos que aqui se apresenta, ao relativizar a importância da ordem de produção dos documentos como único critério com base no qual se constituem as unidades arquivísticas e ao defender que a ordem dos arquivos não é uma ordem natural, mas sim uma ordem construída, colide directamente com o conceito de Fundo que, como sabemos, ocupa uma posição absolutamente central no seio da teoria e prática arquivísticas contemporâneas. Com efeito, o conceito de Fundo, na acepção corrente de conjunto de documentos de uma única proveniência e, em consonância, de unidade máxima de significação arquivística para efeitos de representação e gestão dos documentos, assenta numa concepção estática e monolítica da agregação documental. Alicerça-se e desenvolve-se em torno da concepção naturalista e determinista da ordem dos arquivos, a tal ponto que opera uma correspondência directa e necessária entre o conceito de autor e o conceito de obra. Como se o arquivo fosse, tal como os documentos que o compõem, um produto ingénuo e descomprometido, uma espécie de secreção natural e inevitável cuja ordem reproduz fielmente a ordem das actividades e funções que documentam e ou suportam, que por sua vez determina a ordem da própria organização. A organicidade do conjunto dos documentos é, assim, facilmente equiparada e confundida com a própria orgânica da organização produtora, como se esta fosse ao mesmo tempo a matriz e o molde daquela. E, inevitavelmente, ambas as orgânicas, de acordo com esse ponto de vista, se estruturam de acordo com o critério funcional. O cenário de uma organização produzindo, simultânea ou sucessivamente, vários conjuntos orgânicos de documentos independentes entre si — ou seja, vários arquivos, diferentes sistemas de significação de documentos, vários macro-documentos — é, aqui, inadmissível. A hipótese de um mesmo arquivo ser produzido, simultânea ou sucessivamente, por duas ou mais organizações com personalidades jurídicas distintas é simplesmente unimaginável.

Esta concepção sistémica e dinâmica do arquivo torna bastante mais complexo o trabalho de identificação, reconhecimento e reconstituição da sua ordem original, ou seja, da ordem atribuída na fase corrente do seu ciclo de vida. Não só porque o projecto, o sistema construtivo, os instrumentos e mecanismos de sustentação correspondentes podem ser diversos e de difícil apreensão, como, de facto, com demasiada frequência se constata a existência não de uma mas de várias ordens, todas elas originais porque legitimamente produzidas para suportar necessidades e contingências de conservação, acesso e utilização de documentos com valor administrativo por parte da organização produtora. Ainda mais complexo quando um mesmo documento ou conjunto de documentos é sucessivamente integrado em distintos contextos construtivos, como as pedras de

um edifício antigo que, ao longo da sua história, são colocadas em diferentes sítios da estrutura do edifício. O princípio do respeito pela ordem original, regra de ouro por que se deve pautar toda a intervenção de tratamento técnico documental em arquivo histórico, exige do arquivista nesse contexto que seja capaz de reconhecer, compreender, recuperar, representar, proteger e valorizar a ordem desses sistemas documentais, desses arquivos. Ainda que, porventura, esse mesmo arquivista possa considerar que, do seu ponto de vista, essas estruturas organizativas e os correspondentes sistemas de suporte não garantem, face às necessidades funcionais presentes, padrões de eficácia minimamente aceitáveis. Em muitos casos, não se trata de recuperar e reactivar uma mas sim diversas ordens originais que se sucederam no tempo e cujos indícios se apresentam material ou logicamente aos nossos olhos na esperança de serem por nós correctamente interpretados. Tal como se passa na Arquitectura, impõe-se à Arquivística a introdução de um olhar e de uma metodologia arqueológicas nas intervenções no terreno.

Em momento algum o arquivista pode confundir a sua potencial dupla função: a de arquivista-construtor e a de arquivista-restaurador. Não assiste ao profissional dos arquivos históricos o direito de produzir alterações, quaisquer que sejam, por mais “científicas” e clarificadoras ou correctivas que possam parecer, na ordem dos arquivos que já se encontrem nessa fase do ciclo de vida. O arquivista não pode cair na tentação e no erro crasso de produzir bem intencionados quanto inúteis palimpsestos ou pastiches arquivísticos. Pelo contrário, e à semelhança do que sucede com o arquitecto-restaurador, é função do arquivista devolver ao seu edifício documental a ordem ou as ordens que o mesmo conheceu ao longo da sua vida activa. Nesse seu desígnio, o arquivista dispõe, aliás, de mecanismos mais poderosos que o próprio arquitecto, já que, em última análise, e se lançar mão dos adequados meios tecnológicos, poderá literalmente reabilitar, em simultâneo, todas essas ordens, enquanto que o arquitecto não poderá nunca ultrapassar a dimensão física e material do seu objecto de intervenção, tendo que optar por uma das ordens, por vezes a tão polémica e hoje tão descredibilizada “traça original”.

Esse objectivo primordial de salvaguarda da ordem original não é, no entanto, de todo incompatível com a possibilidade de construir ordens assumidamente novas para esse edifício, ordens lógicas, virtuais, tantas quantas as que se mostrarem necessárias para solucionar novas necessidades funcionais trazidas por novos utilizadores e desde que não coloquem em risco ou atropelam a percepção da(s) ordem(ns) original(is). Novamente aqui o arquivista está mais livre de agir do que o arquitecto, para quem, por vezes, é impossível responder a novas exigências de utilização do edifício sem por irremediavelmente em causa a ordem ou o programa arquitectónico original.

Por outro lado, face à concepção sistémica do arquivo aqui defendida, o princípio do respeito pela proveniência, outra máxima orientadora da actividade arquivística, terá necessariamente que ser entendido de forma mais ampla, no sentido de integrar a ideia de que não só uma mesma organização pode produzir, num dado momento ou ao longo de um período de tempo, diferentes arquivos — no sentido acima referido de sistemas autónomos de documentos —, como alguns desses sistemas documentais podem ser produzidos por sectores específicos dessa organização, alguns mesmo pertencentes a níveis hierárquicos inferiores. Para além destes casos de “micro-proveniência”, desde sempre bastante frequentes, haverá, ainda, que atender quer às

situações de “multi-proveniência diferida”, que ocorre, por exemplo, quando os arquivos são herdados por outras entidades e a sua produção/construção e utilização continuadas, quer de “multi-proveniência simultânea”, que se verifica sempre que mais que uma entidade produza e utilize, simultaneamente, o mesmo arquivo, como são, por exemplo, os casos relativamente frequentes de entidades *ad hoc* que funcionam e são administrativamente apoiadas por entidades permanentes em cujos sistemas de arquivo são integrados e geridos, por vezes sem qualquer distinção ou autonomia, os documentos produzidos e recebidos pelas primeiras.

Pelo que fica dito poder-se-á, então, concluir que enquanto o conceito de *Arquivo*, sistema composto pelos documentos, suas relações e correspondentes instrumentos de controlo e sustentação, se apoia no conceito de *organicidade* e remete para a noção de unidade ou agregação arquivística e, claro, de unidade de representação / descrição, o conceito de *Fundo* remete para o conceito de *proveniência*. Numa visão multinível dos objectos arquivísticos, o Arquivo corresponderá, portanto, ao nível de topo dessa estrutura. O Fundo, por seu lado, representa o conjunto (inorgânico) dos arquivos produzidos por uma mesma entidade autora. Por outras palavras, trata-se de uma agregação autoral de diferentes sistemas arquivísticos produzidos e utilizados por uma mesma organização, à semelhança do conceito de obra completa de um determinado escritor ou músico.

Uma verdade iniludível: a concepção dos arquivos como sistemas abertos e dinâmicos impõe aos profissionais a quem cabe a aplicação dos princípios do respeito pela proveniência e do respeito pela ordem original, ainda que em suporte tradicional, a necessidade de um conhecimento muito mais extenso, detalhado e sofisticado sobre esses arquivos e documentos, as circunstâncias da sua produção, as acções arquivísticas que sobre eles incidiram, os agentes que os criaram, geriram e utilizaram. Mais e melhor informação que lhes permita perceber, em muitos casos, objectos e sentidos nunca materialmente explicitados, ainda que profundamente significativos.

As novas condições tecnológicas que assistem, hoje em dia, a produção, a gestão e a utilização de documentos e arquivos, em rigor, não põem de modo nenhum em causa a formulação teórica aqui expandida em torno do conceito de ordem dos arquivos. Reporto-me, obviamente, aos sistemas de gestão de documentos de arquivo electrónicos (ERMS - Electronic Records Management Systems) que observam todos os requisitos estruturais e funcionais formulados internacionalmente no sentido de assegurarem a criação e a preservação a longo prazo de documentos e arquivos autênticos.

Pelo contrário, muitas das premissas teóricas que subjazem aos modernos sistemas de gestão de documentos electrónicos baseiam-se na concepção dos arquivos como sistemas complexos e dinâmicos de documentos e suas relações. Os sistemas ERMS, por exemplo, longe de se limitarem a processar e armazenar dados e informações decorrentes da representação de documentos e arquivos, podem constituir-se como uma peça central do sistema de arquivo, assegurando a gestão dos instrumentos e mecanismos de sustentação do edifício arquivístico. Ou seja, funções estruturantes como a classificação, a indexação, a ordenação e a descrição podem e devem ser informatizadas, no sentido em que o próprio sistema pode executá-las até ao ponto que for

considerado adequado ou, em alternativa, pode simplesmente assistir o arquivista nessas tarefas. A essencial relação entre um documento e o seu contexto de produção, por exemplo, pode ser automaticamente registada e assumida pelo sistema. Já em relação a alguns documentos, o seu arquivamento só poderá ser executado pelo sistema se for essa a decisão do operador credenciado. Isto porque, em ambiente electrónico, a avaliação documental deve produzir resultados antes mesmo do arquivamento dos documentos, para evitar a captura pelo sistema de documentos ineficazes.

A descrição, em particular, ganha um estatuto fundamental no estabelecimento e manutenção da ordem dos arquivos em ambiente electrónico. Se é certo que os documentos em suporte tradicional transportam fisicamente consigo, em muitos casos, os indícios e os dados suficientes para a identificação do seu contexto administrativo e arquivístico, em ambiente electrónico essas e todas as outras relações estabelecidas entre documentos (muitos mais tipos de relações, em todo o caso, do que aquelas que os sistemas em tecnologias tradicionais se podem permitir salvaguardar e valorizar) e entre estes e as acções administrativas a que reportam ou as acções documentais de que são objecto só existem se forem consignadas na estrutura de meta-informação, ou seja, num instrumento de descrição adequado. Em ambiente electrónico os documentos, as suas relações e as acções que sobre eles são executadas são objecto de persistente registo. Esta, aliás, é uma das estratégias para assegurar a preservação dos documentos e dos seus atributos, independentemente do contexto tecnológico.

A estrutura do edifício arquivístico electrónico é, necessariamente, portanto, uma estrutura lógica. Inclusive a clássica e até agora sacrossanta relação entre forma documental e suporte documental deixa de ter uma expressão física e deixa de ser estável e permanente. Em ambiente electrónico a distinção entre unidade documental (documento, processo, série, etc.), unidade tecnológica (página, folha, livro, ficheiro) e unidade contentora (pasta, maço, disco, etc.) torna-se desde início bastante clara, fazendo os dois últimos tipos de unidades parte do chamado contexto tecnológico do documento, sujeito a permanente mudança.

Além disso, é igualmente possível atribuir a um mesmo documento ou agregação documental contextos arquivísticos diferentes sem recorrer à duplicação física. É ainda possível garantir aos diversos utilizadores naturais ou potenciais direitos de acesso e utilização de documentos a um nível de precisão muito baixo, por vezes à página ou mesmo ao bloco de informação dentro da página. Esse facto, só por si, amplia o significado do conceito de proveniência.

A salvaguarda da(s) proveniência(s) e da(s) ordem(ns) original(is) desses sistemas arquivísticos pode chegar a níveis de precisão dificilmente alcançáveis com a tecnologia tradicional. Essa capacidade, no entanto, depende em absoluto da qualidade da meta-informação que tiver sido produzida e da capacidade do sistema a processar. Em todo o caso, essa responsabilidade é, a partir de agora, certamente executada com muito mais informação e um grau infinitamente menos elevado de incerteza.

A introdução e a generalização das novas ferramentas tecnológicas na gestão de documentos e arquivos representam, assim, a meu ver, não só um desafio tão sério quanto estimulante aos fundamentos teóricos da Arquivística contemporânea - tal como eles vem sendo formulados pela comunidade arquivística em geral - como, sobretudo, uma oportunidade especialmente fecunda para a qualificação da sua *praxis*.